Processo 035.325/2015-1
Tomada de Contas Especial

Parecer

Os autos tratam de tomada de contas especial (TCE) deflagrada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em desfavor do Sr. José Haroldo Fonseca Carvalhal, ex-prefeito de Cândido Mendes/MA (gestões 1997 a 2000, 2001 a 2004 e 2009 a 2012), em decorrência da omissão no dever de prestar contas dos recursos percebidos no âmbito do Convênio 703.111/2010. O acordo teve por objetivo “aquisição de veículo automotor, zero quilômetro, com especificações para transporte escolar, por meio de apoio financeiro, no âmbito do Programa Caminho da Escola” (peça 1, p. 229).

2. Para tanto, em 21/2/2011 o FNDE transferiu R\$ 196.020,00 ao município, cujas respectivas contas deveriam ter sido prestadas em 30/4/2013, consoante registra a Secex/MG (peça 43, p. 1).

3. A Controladoria-Geral da União, em breve relatório, reporta que o prefeito sucessor apresentou “cópias da Ação Civil Pública com Pedido de Responsabilidade por Ato de Improbidade Administrativa e da Notícia Crime impetradas pelo Município de Cândido Mendes/MA (...), em desfavor do Senhor José Haroldo Fonseca Carvalhal” (peça 2, p. 92).

4. Em sede do Tribunal de Contas da União, a unidade técnica apurou que, ainda em 29/2/2012, houve transferência *online* de R\$ 117.390,37 a partir da conta específica do convênio, beneficiando a empresa Man Latin America Indústria e Comércio de Veículos Ltda. (peça 9, p. 1), além do que “consta dos extratos enviados um bloqueio judicial no montante de R\$80.609,63, na data de 22/06/2011” (peça 43, p. 2).

5. Em seguida, a Secex/MG houve por bem diligenciar ao prefeito sucessor, Sr. José Ribamar Leite de Araújo, solicitando cópia do Certificado de Registro do Veículo (peça 14). Promoveu, ainda, a citação do Sr. José Haroldo Fonseca Carvalhal, instando-o a apresentar alegações de defesa ou recolher o montante repassado (peças 15/16).

6. Embora regularmente notificado (peça 20/21), o prefeito sucessor não atendeu à diligência. Ademais, malgrado os esforços da unidade técnica em localizar o ex-prefeito Sr. José Haroldo Fonseca Carvalhal em diversos endereços diferentes, procedeu-se a sua citação editalícia (peças 40/41). O ex-gestor deixou esgotar *in albis* o prazo para resposta, tornando-se revel.

7. Por conseguinte, a Secex/MG propugna a declaração da revelia do Sr. José Haroldo Fonseca Carvalhal, o julgamento pela irregularidade de suas contas, sua condenação ao ressarcimento do valor integral do convênio e, finalmente, a imposição de multa fundamentada no art. 57 da Lei 8.443/1992.

8. Este representante do Ministério Público de Contas da União adere ao exame, às conclusões e ao encaminhamento ventilado pela Secex/MG, a que aduzimos proposta de aplicação

de multa, calcada no art. 58, inciso IV, da Lei 8.443/1992, ao prefeito sucessor, Sr. José Ribamar Leite de Araújo, tendo a comunicação de peça 14 expressamente o alertado da possibilidade de aplicação da sanção:

Por dever de ofício, informo que o não cumprimento de diligência ou de decisão deste Tribunal, no prazo fixado, sem causa justificada, poderá ensejar a aplicação da multa prevista no art. 58, inciso IV, da Lei 8.443/1992, a qual prescinde de realização de prévia audiência, nos termos do art. 268, § 3º, do Regimento Interno do TCU.

Ministério Público, em 28 de maio de 2018.

RODRIGO MEDEIROS DE LIMA
Procurador